

A CONSTRUÇÃO DE UM DIÁLOGO TRANSCESTRAL PARA UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Lucas Silva Dantas

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
lucaseducadore@gmail.com*

Mari Costa de Chirico

*Mestrade no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo
maripontocosta@gmail.com*

*Simpósio Temático nº 21 – GÊNERO, RAÇA, ETNIA, SEXUALIDADE NA
FORMAÇÃO DOCENTE*

RESUMO

Esta comunicação parte do diálogo entre dois corpos trans que ocupam lugares diferentes dentro dos sistemas de educação na cidade de São Paulo, entre a perspectiva de quem leciona na educação básica e de quem leciona na educação superior. O que tange nosso encontro são duas urgências: a necessidade de re-conhecer transcestralidades em nossa história, e a lacuna de debates sobre gêneros e sexualidades dentro das formações de professoris. A metodologia utilizada para inspirar essa produção é denominada por bell hooks como diálogo de colaboração, ferramenta presente no seu texto “A construção de uma comunidade pedagógica, um diálogo” (1994). O foco desta metodologia é estabelecer um diálogo entre dois educadores com o objetivo de transformá-lo em intervenções úteis, capazes de cruzar as fronteiras e as barreiras que são erguidas pela raça, pelo gênero, pela sexualidade etc. A partir desse diálogo e debate entre dois corpos trans educadores, seus relatos e suas propostas se transformarão em material de análise para o esgarçamento das fronteiras que impedem que as questões de gênero e sexualidade triunfem na educação, fazendo deste um lugar de desafio, crescimento e intercâmbio dialético. Os principais resultados apontam para uma prática dialógica que precisa ser implementada no espaço escolar para deslocar as questões de gênero e sexualidade do apagamento para a profundidade e visibilidade. Essa troca proporciona a educadores e alunos um autorreconhecimento de si mesmos e a criação de um novo currículo a partir de uma perspectiva decolonial de diversidade.

Palavras-chave: Transcestralidade, Decolonialidade, Gênero, Sexualidade, Educação.

ABSTRACT

This communication starts at the dialogue between two trans bodies that occupy different spaces at São Paulo educational system, between the perspective of those who teach elementary and college level education. Regarding our gathering, there are two urgencies: the need to both recognize and know transancestries in our history, and the debate gap on the gender and sexualities at teacher's formation grounds. The methodology used to inspire this production is called by bell hooks collaboration dialogue, a tool that is present at their text "Building a teaching community" (1994). The focus of this methodology is establishing a dialogue between two teachers aiming to transform it into useful interventions, able to cross the borders and barriers that are imposed by race, gender, sexuality, etc. From this dialogue and debate between two trans educator bodies, their statements and propositions will turn into analysis material in order to bend frontiers that stop gender and sexuality issues to triumph on education, making this space a challenge, growth and dialectic exchange. Main results point to a dialogic practice that must be implemented at school spaces in order to shift gender and sexuality issues from deletion to visibility and depth. This change provides self recognition to educators and students and the creation of a new curriculum from a decolonial perspective of diversity.

Keywords: Transcestry, Decoloniality, Gender, Sexuality, Education.

INTRODUÇÃO

Este é um artigo construído, escrito e produzido por dois corpos trans, docentes, inquietos, ansiando equidade, justiça, liberdade, emancipação, uma escola anti-LGBTfóbica. Dois corpos que lutam com diferentes espadas a mesma guerra, que trilham o mesmo caminho com sapatos diferentes, mas que engolem a mesma poeira que tenta nos engasgar, tirar a voz, bagunçar a nossa fala, omitir e anular nossa presença. Este artigo nasce da necessidade de sistematizarmos nossas questões, porque entendemos que essas também são as questões de muitas outras. Mas nasce sobretudo com o objetivo de reconhecer transcestralidades em nossa história, e buscar preencher a lacuna de debates sobre gêneros e sexualidades dentro das formações de professoris.

Para dar forma e corpo a esse encontro nos inspiramos na decolonialidade de bell hooks¹, quando propõe em seu texto "A construção de uma comunidade pedagógica, um diálogo", publicado no livro "Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade" (1994), um ensaio em formato de conversa. Segundo a autora, esse intercâmbio dialético permite o nascimento de novos saberes, que desemboca na possibilidade de novas intervenções úteis, que se transformam em ações para diminuir as distâncias erguidas pela raça, pelo gênero, pela sexualidade, por tantas outras opressões e

marcadores que fazem de nós corpos dissidentes em relação à normatividade, que diminuem nossas potências nos espaços educacionais.

A partir deste método, criaremos um código com as iniciais de nossos nomes para demarcar o diálogo e manifestar quem está falando no texto. Mari Costa será representada por M.C. e Lucas Dantas será representada por L.D.. Dessa forma construiremos a partir de um referencial teórico formado por autores trans e decoloniais uma reflexão sobre o que nos mantém no espaço educacional, o que nos faz querer trabalhar com as questões de gênero e sexualidade, o que nos move e nos instiga a viver como vivemos, por que nos encontramos e por que mantemos nossa comunicação acesa, aberta, compartilhada em oralidade, em escrita, em ação, em sementeira.

Assim, com essa metodologia dialógica e colaborativa, manifestamos que essa comunicação é uma celebração de nosso existir - juntas e - em dissidência dentro das instituições formais, e também uma elaboração das forças de trans-formação que residem na reivindicação de vivências/histórias/narrativas/povos/corpos ancestrais nos debates das formações de trabalhadoras da escola.

Frente ao momento ultraconservador que nosso país atravessa, em que a palavra gênero é cortada de documentos oficiais, e a perseguição de discussões sobre direitos humanos se faz recorrente no cotidiano escolar, demandamos a reconstrução de nossas humanidades. Demandamos um olhar - e uma prática - decolonial para os espaços da educação. Portanto, é a partir da troca de nossas vivências, e no diálogo com referências trans brasileiras, que estabeleceremos o conceito de transcestralidade e investigaremos as possibilidades de sua articulação no resgate de nossa historicidade dentro de formações de profissionais da educação.

UM DIÁLOGO TRANSCESTRAL

M.C.: Começamos com nosso encontro, meu e seu, Lucas. Nos conhecemos despreziosamente em uma oficina de dramaturgia para depois - nas encruzilhadas da vida, das redes - nos reencontrarmos no vigor das discussões sobre educação. Eu, professora da rede municipal de São Paulo. Você, professora no Instituto Singularidades. Nós, pessoas trans. No ocupar de espaços e borrar de fronteiras, temos nos fortalecido em formações de professoras sobre temas relacionados a diversidades de gêneros e sexualidades. Temos reivindicado nossos próprios corpos para presentificar uma

historicidade apagada pelo colonialismo. Temos encontrado sentido em pesquisar, trocar e compartilhar nossas transcestralidades, na esperança de que nós - corpos LGBTQIAP+ - também façamos parte dos conteúdos e currículos da educação básica até a educação superior.

L.D.: Quando te conheci Mari estava desesperada, estávamos numa oficina repleta de pessoas cisgêneras e em sua maioria heterossexuais. Muitos conteúdos eram transfóbicos e nosso queixo caía junto. Foi nessa angústia que nos juntamos e decidimos fazer algo com o que estava sendo feito de nós. O próximo passo foi um convite que eu te fiz para ministrar uma aula na minha oficina de literatura no projeto Transcidadania em São Paulo. Dessa vez não tínhamos angústia e nem disforia, tínhamos potência e euforia. Estávamos em mais de 30 pessoas trans, travestis e não binárias, falando e fazendo poesia. Nosso terceiro encontro foi na educação, quando percebemos que essa era uma outra batalha, e que neste exército não bastavam apenas as nossas espadas.

M.C.: Foi em um encontro de planejamento para uma de nossas oficinas de formação que você me apresentou o conceito *transcestralidade*. Acredito ser um ótimo ponto de partida para nossa discussão. Naquela época, mesmo sem ter conhecimento sobre o termo, eu já me embrenhava nessa necessidade de reconstrução de historicidade. Eu sentia - sinto - essa latência em comprovar que nossa existência dissidente é secular, na contramão do argumento esvaziado de que somos uma nova moda, de que a corpa LGBTQIAP+ é uma invenção da modernidade. E sinto cada vez mais alívio ao ver publicações e registros de pessoas trans, sobretudo, resgatando nosso passado. Percebo um movimento coletivo, um esforço de nós mesmas no reconto desta versão única da história cishetero, branca e patriarcal. Como você enxerga esse movimento? Você acredita que esse conceito da transcestralidade é uma espécie de chamada à algum tipo de coletividade?

L. D.: A primeira vez que ouvi a palavra Transcestralidade foi numa peça de teatro da atriz e transpóloga Renata Carvalho. Nessa peça, denominada “Manifesto Transpofágico”, ela dizia: o meu corpo veio antes de mim. Essa frase ficou ecoando na minha cabeça, fiquei pensando em tantas e tantas outras, outres, que existiram antes de nós, que resistiram antes de nós. Tibira do Maranhão, Xica Manicongo, Madame Satã, Brenda Lee, João W. Nery, e tantas outras transcestralidades que a educação apaga, que a história da colonialidade apaga. Eu nunca pude ouvir o nome deles na escola, nunca soube da existência de nenhuma dessas existências, isso causou em mim durante uma

grande parte da minha vida um adoecimento. A omissão me causou repressão, e minha euforia virou disforia. Reconhecer transcestralidades é reconhecer que existimos desde que o mundo é mundo, enquanto não sabemos disso nos escondemos no armário, não vemos nossos pedaços pelo mundo. Mas o armário, como nos diz Megg Rayara (2017), é também “uma trincheira que permite uma tomada de fôlego para reunir forças para continuar um enfrentamento que não terá fim” (p. 175). E nesse enfrentamento é bom que nos unamos, me vejo nessa tarefa, unir o passado e o presente, a distopia e a utopia, a realidade e a reciprocidade da nossa troca, unir os pedaços de nós pelo mundo, unir o que perdemos, unir as frestas, as brechas e as lacunas para que elas nos tragam um novo portal. E ao mesmo tempo me pergunto: é nosso dever contar essas histórias na escola?

M.C.: Existe uma palavra mais urgente que dever? Me pulsam os relatórios da ANTRA² e do IBRAT³, o tanto de mortes de pessoas trans que temos no Brasil, a relação dessa vulnerabilidade com o mercado de trabalho restrito ao imaginário da prostituição e do consumo pornográfico para essas corpos. A escola lava suas mãos toda vez que naturaliza a diferença sexual como dado biológico. A escola se torna assassina a cada instante que premedita os corpos e os comportamentos segundo as ordens de consumo e de poder. A escola é a gênese de tantos genocídios e epistemicídios toda vez que pressupõe que existem universalidades, padrões, corpos e significados fixos.

Quando eu tive o privilégio de conhecer João W. Nery, no primeiro Encontro Nacional de Homens Trans e Transmasculines, em 2015, eu não tinha noção do quanto o corpo dele constituía meu ser. O quanto dos processos sociais que usei - e uso - para acessar meu próprio corpo - terapia hormonal, direito ao próprio nome, permissão de uso de banheiros públicos... - tinham partido dele. Dele e de todes presentes nos movimentos de pessoas trans e travestis. Pessoas LGBTQIA+ que através das próprias dores se muniram para a batalha da política pública. Agora, assim como você, sinto um débito muito grande da história conosco. Essa história privilegiada contada nos livros didáticos que ainda sinaliza que os portugueses descobriram o Brasil. Desde cedo somos reduzidos aos moldes brancos cisheterossexuais da colonização, afinal, fomos descobertos e não nos é permitido existir sem o olhar - sem a delimitação - do outro. Então, algo de raivoso desponta em mim quando penso que perdi a oportunidade de entender quem era Nery quando estive com ele, quando penso que aprendi tardiamente por conta dos apagamentos. E daí eu cobro essa dívida da escola. Cobro das lacunas que nos deixaram com essa história mal contada.

L.D.: Acredito que esse projeto de ter uma história mal contada é um projeto pensado, praticado e endossado por aqueles que resistem ao próprio Brasil. Se pensarmos que o Brasil é plural, diverso e que aqui coexistem uma multiplicidade de raças, religiões, identidades, gêneros e sexualidade, vamos perceber que são eles que estão resistindo a nós, que resistem à própria realidade brasileira. A diversidade não é um conceito, ela é uma realidade, nós existimos, nós vivemos, nós atuamos. Se a escola se propõe a trazer conhecimentos sobre o mundo e sobre o território, quando você anula essa diversidade não normativa você age como se ela não existisse. E isso não é nada científico, visto que a ciência parte da realidade para construir seus resultados.

M.C.: Se pensarmos nos registros de Tibira, Xica, Satã, Tomba-Homem, Yaya Mariquinhas - como nos contam Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira e outros pesquisadores - entendemos, ainda sem análises profundas, que a LGBTfobia nasce com a colonização dos corpos, com a necessidade de determinar os outros a partir de uma suposta prática-identidade-parâmetro universal. Se nossas existências sempre existiram, o que mudou foi a territorialização de nossas vivências como algo abjeto, antinatural, anormal. E a escola - e o currículo - infelizmente ainda lidam com a cisheterossexualidade como parâmetro de normalidade, junto com outros marcadores como raça, território, classe social, etc.

DECOLONIZANDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

M.C.: Minhas experiências em sala de aula me convencem que meu corpo estranho é potência dentro da relação com os estudantes. Frequentemente minha marginalidade se encontra com a delus nesse meio de campo, e desses esbarramentos é que muitas vezes tiramos as reflexões mais complexas, mais significantes. Muito rapidamente entendi que os enfrentamentos não viriam da relação com eles, mesmo porque minha prática como professora é de afeto - de afetar e ser afetado. A resistência - a transfobia - ecoa de agentes da escola que se recusam a entender que todos nós fazemos parte desse jogo de poderes que é um sistema de sexo-gênero pautado na diferença sexual. Negar nossos corpos, negar que temos possibilidade de escolher quem somos e os papéis e performances que queremos para nós, é manter o que Berenice Bento chama de *heteroterrorismo*. Essa ideia insistente de que existe uma normalidade e que ela é exclusiva das pessoas cisheterossexuais. Acho que é daí que vem essa minha inquietação de trabalhar diretamente com minhas colegas de trabalho, de pensar nas urgências das

nossas formações - iniciais e continuadas. De provocar nossas responsabilidades como educadoras, como agentes de elaboração e implementação da política pública.

L. D.: Acho que é isso o que está em jogo, porque quando nos privam de conhecer as referências não normativas nos privam de conhecer a gente mesmo. E sem isso a gente segue sem uma direção possível de imaginar uma existência consagrada, porque vivemos num mundo onde somos o exemplo da profanação, o mundo onde ser homossexual era doença até 1990, onde ser uma pessoa trans era doença até 2018, um mundo onde - segundo o Grupo Gay da Bahia (2019) - uma pessoa LGBTQIA+ morre a cada 26 horas, que coloca o Brasil como o responsável por mais da metade das mortes de pessoas LGBTQIAP+ do mundo, um mundo onde - segundo a ANTRA (2021) - 90% da população trans e travesti vive da prostituição, onde - segundo a ABGLT (2016) - 83,9 % dos estudantes rejeitam alunos LGBTQIAP+ na escola. E eu fico pensando, será que esse mundo não nos quer? Ou será que é esse mundo que queremos? Me vejo nas palavras de Ventura Profana (2019) “Mata o mundo, pra não morrer”.

Talvez tivéssemos que matar esse mundo onde nossa existência é inexistência. As pessoas nos perguntam porque sempre falamos disso, nos chamam de militantes, militados, ativistas, chatinhos, mimizentes, agressivos e raivosos. Mas nós temos a possibilidade de não falar sobre isso? Existe a possibilidade de ser um educador trans e passar despercebido pela escola? Existe alguma possibilidade de prosperarmos com vida se não matarmos esse mundo onde somos condenados à morte? A gente precisa matar para não morrer, matar esse projeto de silenciamento, ausência, apagamento, esse mundo de genocídio curricular, de portas de banheiros fechadas para a nossa experiência, de humilhações constantes em torno do nosso gênero, de um excesso de olhos nos olhando para nos enquadrar, o mundo das normas binárias, cisheteroterroristas, coloniais.

Mas esse é também o nosso mundo, essa é também a nossa escola, esse também é o nosso currículo. E existe uma ação transgressora quando não desistimos do mundo, da vida, da escola, de nós mesmas. É por isso que estamos aqui juntas e tornamos a escrever e reescrever essas palavras, de produzir escrevivências. Essa terra também é nossa. E habitá-la é ter que incorporar “o feitiço que nos permitirá falar em duas ou mais línguas ao mesmo tempo: uma que confronta a mordada imposta pelos guerreiros da moral conservadora; e outra que nos leva para além do que eles haviam planejado para nós” (MOMBAÇA, 2017).

E eu sinto que é isso que faço no meu trabalho com formação de professoris no Instituto Singularidades, falar em duas ou mais línguas, falar a língua que destrói e a língua que constrói. E sinto que essa é a grande língua da educação, a formação de professoris. Porque é ali que tudo acontece, é ali que podemos instrumentalizar aqueles que desejam destruir e construir esse mundo, aqueles que podemos chamar de aliados, que compram a briga que é falar de gênero e sexualidade na escola. É na formação de professoris que podemos vislumbrar a dimensão do tamanho da luta, mas sobretudo nos armar para combatê-la da melhor forma possível. Porque eles virão, para desdizer o que dizemos, para nos ameaçar, nos colocar contra a parede, para manipular aqueles que estão às nossas voltas. E nós estaremos criando linhas de fuga e enfrentamento, estratégias de continuidade do nosso trabalho com a inclusão, as questões de gênero e sexualidade, a diversidade.

M.C.: É incrível essa ideia das duas - ou mil - línguas, e do nosso pertencer ao limiar. Me lembra Preciado quando ele conta que aprendeu a língua do patriarcado colonial para poder se comunicar com os Homens⁴. Um habitar constante de mundos incontáveis. Transformamos nossas células corporais em explosão comunicativa, em exposição de humanidade. O que narramos, e como narramos, tece potências de alteridade naquelas que não vivem nossas dores. E então colegas possam - talvez - assumir sua responsabilidade como agentes nesse sistema, agentes que tomam decisões, que se comunicam, que projetam e praticam formas de viver. Gosto de dividir as experiências do meu corpo porque são elas que me fazem acessar os outros corpos. A vulnerabilidade tem uma capacidade de transformação erroneamente subestimada no nosso mundo ocidental.

E grande - e grata - surpresa é quando nesses encontros formativos, me choco com gente que também se comunica no limiar, que pertence às fronteiras. E me lembro, no tremor da potência de mutação, que nós existimos muitas em sala de aula. Corpos LGBTQIA+ estão sim nas salas de professoris e gestoris. Nos interessa fazer da educação a nossa educação, para matar esse mundo pelo afetar, pelo diálogo. Matar esse mundo em rede de colaboração, para mostrar que o medo é fruto do fascismo e não de nossas práticas. A nossa arma é reivindicar o debate - e o embate - sem correr o risco de perder tudo o que somos. É recontar esse mundo a partir de um milhão de pontos de vistas, e acabar com esse dispositivo da normalidade.

Quando nós nos juntamos entre professoris LGBTQIA+ sinto uma segurança latente. Foi só quando encontrei pares que fortaleci minhas práticas libertárias em sala de aula. Estando em rede que elaborei que o medo que eu sentia não se relacionava a mim, mas era estratégia de dominação daqueles que querem delimitar meu eu - nosso nós. Em conexão, os entornos mudam mais rápido. Não devem - como já fizera até mesmo o atual Ministro da Educação - pressupor que não pertencemos aos lugares que já ocupamos. Enquanto eles nos apontam suas técnicas de destruição, nós responderemos com sentido, com o reconto de tantas histórias, com afeto. E nos multiplicaremos com pares, multiplicaremos nossa comunidade dialógica e pedagógica para uma multidão de anormais.

L. D.: Não há uma educação possível sem a presença de corpos dissidentes, sem a presença de pessoas trans, travestis, não binárias, negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, e uma série de outros corpos não hegemônicos que revelam essa outra camada do Brasil. Ocupando as carteiras, as mesas, a direção, a coordenação, as universidades, fazendo pesquisas, produzindo ciência, habitando todo o espaço educacional. Assim como não há uma educação possível se derramarem sobre nós, e colocarem nas nossas costas, toda a responsabilidade de trabalharmos esse viés decolonial na educação. Esse precisa ser um comprometimento de todes! Sejam trans ou cisgêneros, LGBTQIAP+ ou heterossexuais, esse presente colonial - como nos elucida Ailton Krenak em *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo* (2019) - chegou nos braços de todos nós, abrimos, vivemos e agora é preciso encarar: qual é o mundo que queremos? Qual é a formação que queremos? Qual é a educação que queremos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da tomada da palavra por aqueles que vivem nas encruzilhadas das subalternidades é o que potencializa as experiências de alteridade dentro de processos de formação de professoris. Reivindicarmos nosso lugar no reconto de nossa história é parte fundamental da reconstrução do currículo e dos conteúdos da educação - básica ou superior. Ao exigirmos o lugar de sujeito, permitimos que as experiências de opressão se tornem terreno para investigação de metodologias, de reflexões, de mudança de relações/linguagens/pressupostos.

Assumir, aprender, conhecer transcestralidades é processo de construção de autonomia para corpos marginalizados há séculos, mas não só. Ainda que nossas existências vibrem com o sentido de nos encontrarmos em nós mesmas, a potência se amplia para além de nós. Evocar transcestralidades é uma tentativa de des-cindir esse mundo colonizado, de abrir as brechas nos terrenos mais fixos, de reencantar o mundo desfazendo suas certezas sobre os papéis que têm nossos corpos a partir de imagens estéticas e suas funções para o capitalismo. Trazer esse conhecimento para dentro da escola se estende muito além da questão do gênero: estabelece um esforço de mudança de perspectiva, de questionamento das pretensas universalidades.

Não podemos nos contentar mais com as imagens de poder que recaem nas nossas cabeças desde o nascimento, exaltando a branquitude, a heterossexualidade, a cisgeneridade, o cristianismo, colocando essas como as únicas possibilidades de viver a vida, de existir, de trilhar um caminho. Essas imagens se repetem, se reconstroem, a cisheteronormatividade faz sua manutenção todo dia, ela é a referência para tudo. Então precisamos matar o mundo para não morrer, abrir esse presente colonial e destroçá-lo em mil pedaços, com a certeza de que nos calvários da transcestralidade encontrarão nossos corpos pedindo justiça. E a justiça é o que podemos fazer todos os dias quando escolhemos quem serão as referências da nossa pesquisa, qual a temática da nossa aula, qual currículo escolhemos para preencher a nossa formação, o que vamos assistir, o que vamos ouvir, o que vamos ler, o que vamos absorver desse mundo.

Questionar isso tudo é o que fará com que possamos imergir numa ótica decolonial de gênero e sexualidade, para que possamos ver para além da colonialidade. É o que fará com que possamos ler mais o que pessoas trans escrevem, o que pessoas negras escrevem, o que pessoas indígenas, com deficiência, dissidentes nas margens do mundo, escrevem e produzem. É desse lugar que sairá um diálogo transcestral para que possamos criar intervenções úteis e conscientes dentro da estrutura de poder que vivemos. A educação é a possibilidade de transver a história, de encantar o desencantamento. Se todo educadore passa um dia pela formação di professoris, pelas graduações desse Brasil, então lá é o começo de tudo, é lá também que precisamos ocupar, para podermos nos expandir por cada sala de aula, da educação infantil ao ensino superior com um outro saber, um outro poder, uma outra tática, uma outra rede.

Esse artigo é uma grande provocação a nós mesmas, esperamos que ele seja apenas o disparador de tudo que ainda possamos construir em rede, em diálogo, em

encontro, em vivência! A transcestralidade pede que possamos ter vida para reconstruir o passado, estando no presente, reelaborando um outro futuro, decolonial.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

ABGLT. **Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Escolar no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/materiais/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/> Acesso em: 30/8/2021

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, v19(2): p336, maio-agosto/2011.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Org.). **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021 136p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 31/11/2021

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil – Relatório 2019**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/> Acesso em: 31/11/2021

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra**. ReDoc, Rio de Janeiro, v3(1): p250, janeiro-abril/2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2019.

MOMBAÇA, Jota. **Sob Butler: Cruzando a Distopia Brasileira**. 2017. Disponível em: <https://monstruosas.milharal.org/tag/jota-mombaca/> acesso: 02/05/2021

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. – Curitiba, 2017.

PROFANA, Ventura. **Um novo nome.** 2020. Disponível em:
<https://www.lettras.mus.br/ventura-profana/um-novo-nome/> acesso: 06/12/2021

NOTA(S) EXPLICATIVA(S) COMO NOTAS DE FIM

1. A autora bell hooks prefere ser citada sempre com as letras minúsculas, por isso neste texto nosso posicionamento é citá-la da forma como gostaria que fosse respeitando sua escolha.
2. Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. Acesso aos relatórios e outras informações em: <https://antrabrasil.org/> (acesso em: 04/12/ 2021)
3. Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Acesso ao relatório e outras informações em: <https://www.facebook.com/institutoibrat/> (acesso em: 04/12/2021)
4. Referência ao texto “O Monstro que Vos Fala” de Paul B Preciado, traduzido por Sarah Wagner York disponível em: <https://sarawagneryork.medium.com/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala-94dd10a366ef> (acesso em 08/12/2021)